



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

10/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Contribuição pelo teto do INSS varia de R\$ 828,38 a R\$ 1.417,44

A correção do salário mínimo e das aposentadorias pagas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) altera também os valores das contribuições recolhidas pelos trabalhadores e empresas ao Regime Geral de Previdência Social.

Quem tem salário alto, igual ou maior do que o teto de R\$ 7.087,22, terá, a partir deste mês, descontos entre R\$ 828,38 e R\$ 1.417,44. O valor máximo pago pelo INSS em aposentadorias e pensões é também referência para as contribuições recolhidas à Previdência.

Nesse modelo de descontos, cada percentual é aplicado às respectivas faixas salariais. O cálculo do pagamento do INSS será feito pelo empregador, a quem também caberá o desconto do IR, se houver.

Assim, na fatia da remuneração até R\$ 1.212, a alíquota é de 7,5% e corresponde a um desconto de R\$ 90,90. Essa faixa de recolhimento será aplicada a todos os trabalhadores, pois corresponde à contribuição previdenciária do salário mínimo.

A partir desse valor e até R\$ 2.427,35, o desconto é de 9%. Depois, para a fatia entre R\$ 2.427,36 e R\$ 3.641,03, o abatimento é de 12%. Na faixa final, limitada pelo teto, o desconto é de 14%.

Quem quiser fazer as contas deverá considerar as diversas faixas salariais. A Previdência Social considera o teto como o valor máximo para cálculo da contribuição —ele é chamado de salário de contribuição. Mesmo que o trabalhador ganhe, por exemplo, R\$ 10 mil, o desconto ao INSS será calculado sobre R\$ 7.087,22.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de fevereiro.

Senado aprova prorrogação de obrigação do governo arcar com perícias de ações judiciais do INSS

O Senado aprovou nesta quarta-feira (9) um projeto de lei para tentar resolver o problema da paralisação das perícias médicas judiciais no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

O projeto de lei, aprovado de maneira simbólica, prorroga o pagamento, por parte do Executivo aos respectivos tribunais, de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte.

Desde o fim do ano passado, os segurados do INSS que buscaram a Justiça para conseguir benefícios por incapacidade —como aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença— seguem sem respostas para seus pedidos. Isso porque as atividades de perícia estavam paralisadas, por falta de pagamento dos honorários.

O problema estava relacionado com o fim de vigência de uma legislação. Aprovada em 2019, a lei determinava que o governo federal deveria arcar com as despesas com honorários periciais em ações envolvendo o INSS.

Essa determinação para que o Executivo arcasse com os custos já visava a corrigir uma dificuldade do poder judiciário para arcar com esses pagamentos, impactado desde 2016 com a imposição do teto dos gastos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de fevereiro.

Mais de 50% dos servidores do BC paralisaram por reajuste, diz sindicato

Os serviços essenciais do BC não foram interrompidos, mas algumas atividades sofreram impactos. Entre elas, o monitoramento do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro).

Embora o sistema seja automatizado, os servidores da autoridade monetária fazem intervenções em caso de problema. Com uma equipe menos experiente, o risco operacional do sistema aumenta.

Segundo o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), mais de 50% dos funcionários aderiram ao movimento —a projeção inicial era de 65%. Atualmente, o BC tem 3.500 servidores na ativa. Procurado, diz não fazer estimativa de quantos funcionários cruzaram os braços.

De acordo com Faiad, "o ato é 'de advertência' e contra o segregacionismo salarial do governo federal". A reestruturação de carreira de analistas e técnicos do BC (demandas sem impacto financeiro) também está entre os objetivos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de fevereiro.

Relator prevê mais 1 milhão de vagas para jovens aprendizes a partir de novo estatuto

Relator da comissão especial da Câmara que analisa a proposta (PL 6461/19) do Estatuto do Aprendiz, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) aposta que a nova legislação vai triplicar o atual número de vagas para jovens de 14 a 24 anos de idade no mercado de trabalho. Na primeira reunião deste ano, nesta terça-feira (8), o relator disse que os deputados têm a missão de produzir um texto “simples, direto, objetivo e que aumente a efetividade da contratação de jovens”.

“Se toda a cota estivesse sendo cumprida, teríamos hoje 1,5 milhão de jovens na condição de aprendizes. No entanto, temos apenas 360 mil. Isso significa que nós temos a missão de entregar ao Brasil um estatuto que pode impactar positivamente na abertura de 1 milhão de vagas de aprendizado para os jovens brasileiros”, disse o deputado.

A cota citada por Bertaiolli se refere ao percentual de aprendizes que uma empresa pode contratar. No texto em análise na Câmara, essa cota pode variar de 4% a 15%. O projeto de lei foi apresentado em 2019 por 26 deputados de variados partidos e recebeu 104 emendas. De forma geral, a proposta de estatuto trata do trabalho do aprendiz, formação profissional, entidades formadoras, contratação, direitos e garantias, além dos deveres e obrigações dos respectivos estabelecimentos cumpridores de cota. Bertaiolli explica que a comissão especial vai condensar regras hoje dispersas na Lei da Aprendizagem, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras normas.

“Que possamos garantir os direitos de todos os adolescentes e manter as obrigações, como preconizado na legislação atual. Mas, mais do que isso: simplificar o entendimento da legislação. Hoje nós temos, por todo o País, diversas normas infralegais que foram estabelecidas pelos auditores do trabalho em suas fiscalizações e que precisam de uma consolidação”, afirmou.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 10 de fevereiro.

Inflação é a maior para janeiro desde 2016 e vai a 10,38% em 12 meses

Pressionado por alimentos, o índice oficial de inflação no Brasil começou 2022 com alta de 0,54% em janeiro, informou nesta quarta-feira (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Trata-se do maior resultado no mês para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em seis anos. Ou seja, desde janeiro de 2016 (1,27%), quando a economia do país atravessava período de recessão.

A variação de 0,54% veio em linha com as expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 0,55%.

O resultado até sinaliza uma desaceleração frente a dezembro de 2021, quando o avanço havia sido de 0,73%, mas o IPCA segue em dois dígitos no acumulado de 12 meses.

A alta acumulada até janeiro chegou a 10,38%, a maior desde novembro de 2021 (10,74%). No recorte dos 12 meses até janeiro, a taxa é a mais elevada desde 2016 (10,71%). O IPCA está distante da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central). O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de fevereiro.

Varejo de alimentos abre 2022 com janeiro decepcionante, diz sindicato do setor

O varejo de alimentos está preocupado com o cenário que 2022 vem mostrando até aqui, segundo Álvaro Furtado, presidente do Sincovaga (sindicato do comércio varejista dos itens de alimentação).

Ele afirma que o mês de janeiro foi uma enorme decepção. O primeiro mês do ano costuma ser ruim, porque os consumidores viajam e estão apertados com os gastos de dezembro e tributos de início de ano, mas este foi pior.

"Os resultados foram muito aquém do mínimo esperado, ou seja, teve cortes significativos mesmo nos itens básicos para comer", diz Álvaro Furtado, presidente do Sincovaga.

Além da redução normal do fluxo de clientes, houve uma queda maior no valor do tíquete médio, segundo ele.

"Minha avaliação é a de que isso é um reflexo de uma situação econômica muito difícil. Nós estamos em um processo de alto nível de desemprego. O consumo depende de renda, e mesmo quem não perdeu o emprego teve reajuste abaixo da inflação, o que significa que o poder de compra diminuiu", afirma.

Furtado ainda reclama da pressão do aumento dos custos de transporte, energia e impacto do câmbio. A preocupação atinge os varejistas de todos os portes, segundo ele.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 10 de fevereiro.